



## Observatório de Política Externa Brasileira

### – Informe de Política Externa Brasileira – Fevereiro – 2011

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

**Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo Congresso.**

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);

Mestranda em História (Unesp/Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista FAPESP);

Mestranda em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis (bolsista CAPES);

Graduando em Relações Internacionais: Raphael Camargo Lima (bolsista CNPq/PIBIC).



## Observatório de Política Externa Brasileira

Durante o mês de fevereiro, diversos temas da política externa brasileira mereceram atenção por parte dos periódicos analisados por este Observatório. De fato, vários foram os assuntos que ocuparam a agenda externa brasileira tais como a visita da presidente Dilma Rousseff a Cuba, que trouxe à tona a questão dos direitos humanos na ilha, sendo que a passividade brasileira em relação a este assunto foi criticada. Passividade esta que também foi identificada nas questões referentes às medidas protecionistas da Argentina e no caso dos brasileiros possuidores de terra no Paraguai.

A política externa brasileira também foi criticada quando o Brasil mostrou-se ativo, adotando algumas medidas protecionistas, como o anúncio do rompimento do acordo automotivo com o México ou quando solicitou à China que limitasse suas exportações com destino ao Brasil, ocasião que levou alguns periódicos a classificarem sua ação como ingênua.

### **A questão dos brasiguaios**

A Justiça paraguaia determinou a desocupação de três propriedades de brasileiros invadidas por grupos de paraguaios sem-terra, indicando que a situação dos brasiguaios como são chamados os brasileiros residentes na região da fronteira entre os dois países, tende a voltar à normalidade. Entretanto, o jornal *O Estado de S. Paulo* ressaltou que a situação no local ainda é tensa e que a decisão judicial não é uma garantia de que não ocorrerão mais conflitos entre brasileiros e paraguaios. Para o periódico é preciso que o governo do Paraguai dê cumprimento efetivo ao que a Justiça decidiu e que os paraguaios respeitem a decisão. O jornal ressaltou também que o governo brasileiro, por afinidade ideológica ou por dificuldade em compreender a dimensão e a gravidade do problema, não tem atuado com a firmeza necessária em situações em que a segurança e os interesses de brasileiros são ameaçados por governos nacionalistas na América Latina.

É interessante ressaltar que já ocorreu situação semelhante. Há pouco mais de um século, o Brasil estava envolvido em um conflito territorial que



## Observatório de Política Externa Brasileira

culminou na anexação do território do Acre, sob o que ficou conhecido como Revolução Acreana. Na ocasião, o estado em questão formava parte do território boliviano, no entanto, era povoado por brasileiros que exploravam os recursos daquela terra. Guardadas as proporções e conjunturas, parece pouco provável que esta história venha a se repetir com o Paraguai, no entanto, não deixa de ser um precedente.

Ainda assim, na questão do Acre, o governo brasileiro procurou uma forma de resolução pacífica para o conflito, optando pela negociação ao invés da confrontação, que contribuiu para fundamentar um dos princípios da Política Externa Brasileira: manter a segurança e a estabilidade no entorno regional do Brasil. Desta forma, evitar o conflito tem sido uma característica constante da ação externa brasileira, convertendo-se em um dos interesses permanentes do país.

Além disso, a não intervenção em assuntos internos de outros Estados é um dos princípios, previsto na Constituição Federal de 1988, pelo qual o Brasil pauta suas relações internacionais. Disto resulta, portanto, a dificuldade de assumir uma atitude mais rígida em relação à situação dos brasileiros residentes na região de fronteira no Paraguai, uma vez que confrontaria não apenas a tradição diplomática, mas também a legalidade da postura brasileira no cenário internacional.

Paralelamente, pode-se dizer que a postura do *Estado de S. Paulo* tende a seguir na defesa de um Brasil diplomaticamente mais assertivo e menos tolerante na América do Sul. Uma visão que remete, em certa medida, à noção de baixa utilidade de algumas parcerias regionais, nas quais os governos brasileiros estariam abrindo mão de interesses nacionais em troca de um poder de barganha de longo prazo que não necessariamente virá. Nesse caso específico, o entendimento do periódico também se sustenta no severo prejuízo econômico que as ocupações dos sem-terra paraguaios trazem para os fazendeiros brasileiros e na baixa prioridade que a questão ocupa na agenda diplomática e social de ambos os países.



## Observatório de Política Externa Brasileira

Além disso, o cenário político atual é bastante diverso daquele em que se promoveu a anexação do território pertencente hoje ao estado do Acre, o que permite sim uma postura mais assertiva da diplomacia brasileira. Salvo algumas poucas indefinições de trechos de fronteiras, os Estados da região já têm definido seu espaço geográfico, de modo que a disputa entre brasileiros e paraguaios não diz respeito necessariamente a tomada de território e sim de invasão de propriedade privada, neste caso de estrangeiros, como são as fazendas dos brasileiros que lá se encontram legalmente.

### **Acordo deficitário com o México**

Diante da possibilidade de rompimento do acordo automotivo firmado entre Brasil e México, anunciado pelo governo brasileiro devido ao déficit na balança comercial do Brasil, o periódico *O Estado de São Paulo* afirmou que tal ato seria um equívoco. Segundo o diário, o governo brasileiro tem optado pelo fechamento da economia diante de dificuldades crescentes no comércio de bens industriais, o que não resolve o problema, apenas aumenta o protecionismo e dificulta a modernização do setor.

O jornal aponta ainda que o Brasil apresenta *superávit* no comércio exterior somente em produtos de baixo valor agregado, indicando que o setor industrial encontra dificuldades de competição, sendo, portanto, um problema estrutural. Deste modo, o periódico conclui que em vez de abandonar o acordo o Brasil deveria, juntamente com os parceiros do Mercosul, buscar ampliação dos compromissos com o México até alcançar um pacto de livre comércio..

Desde 2002, o acordo no setor automotivo entre Brasil e México está em vigor. Todavia, a partir de 2009, a balança comercial entre os dois países começou a pender para o lado mexicano, resultando em um déficit comercial de aproximadamente US\$ 1,7 bilhões. É interessante notar que, diferentemente da postura que o periódico apresenta em relação aos parceiros regionais, há o entendimento de que o fortalecimento dos laços de livre-comércio poderia ser,



## Observatório de Política Externa Brasileira

em longo prazo, uma solução plausível para os problemas comerciais entre os países.

Essa opção, todavia, não parece ser a que os negociadores da diplomacia brasileira têm adotado. Nos últimos dias, os negociadores brasileiros buscaram uma renegociação do acordo com base em novos termos, como o da definição das escalas de importação das partes a partir do volume de exportação para que o Brasil possa reduzir os custos envolvidos. Termos esses que parecem caminhar na contramão de um acordo de livre-comércio entre Mercosul e México, pois um possível novo tratado resultará na redução das importações dos produtos automotivos do país.

A possibilidade de lograr um acordo de livre-comércio com os países integrantes do NAFTA tem sido um tema recorrente nas observações dos periódicos analisados, que também criticam o fato de o Brasil ter se oposto veementemente à concretização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Na opinião de tais meios de comunicação, a abertura comercial e a livre concorrência seriam opções positivas para solucionar problemas estruturais da indústria nacional e aumentar a competitividade no mercado brasileiro. Entretanto, a busca da inserção internacional do Brasil na formulação da Política Externa pauta-se pela preservação de autonomia, e não apenas na participação ativa nas relações econômicas neoliberais. Desta forma, a diplomacia brasileira vê com cautela acordos de livre comércio com países ou blocos cujo peso do poder e da influência econômica poderia resultar em dependência externa e, conseqüentemente, na perda significativa de autonomia decisória na condução da política externa.

### **O Brasil na OMC**

Estados Unidos, União Europeia, Japão, Coreia, Austrália e Colômbia pressionam o Brasil para eliminar a sobretaxa contra veículos com menos de 65% de componentes nacionais, denunciada como incompatível com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo o jornal O



## Observatório de Política Externa Brasileira

*Estado de S. Paulo*, a medida prejudica as importações, além de estabelecer tratamentos diferentes para montadoras em operação no Brasil. A medida, aplicada contra vários países, preservando somente os parceiros do Mercosul e o México, foi definida pelo periódico como protecionista e discriminatória.

O governo brasileiro tentou justificar sua decisão apontando os problemas criados pela valorização cambial e pelas condições de competição de determinados países, especialmente da China. De acordo com o jornal, caberiam nesse caso outras medidas previstas nos acordos internacionais, como a aplicação de salvaguardas, mas o governo preferiu uma solução mais exposta a censuras e tecnicamente mais precária, porém, de aplicação rápida. Como a sobretaxa foi programada para valer durante um ano, a medida perde vigor antes da conclusão de qualquer processo solução de controvérsias aberto no órgão da OMC. Contudo, o diário conclui que o recurso ao protecionismo é desmoralizante e expõe o Brasil a ações de retaliação, além de ser ineficiente como política industrial porque não contribui para tornar a indústria mais competitiva fora das fronteiras nacionais.

De fato o jornal tem razão em afirmar que as medidas adotadas pelo Brasil são pouco profícuas para a indústria brasileira e para o crescimento comercial do país. No entanto, é preciso notar que as políticas econômicas adotadas por um Estado no cenário internacional diz muito a respeito do quanto ele está disposto a ceder ou aceitar a imposição de terceiros. Embora o periódico caracterize a ação brasileira como desmoralizante, o governo brasileiro lançou mão de um instrumento legítimo e pelo tempo que lhe é conveniente a fim de defender seus interesses sem gerar contratempos como a aplicação de sanções por parte da OMC. Como diz a máxima popular frequentemente utilizada na política “cada um luta com as armas que tem”. Contudo, mais que a defesa de interesses nacionais brasileiros, é possível notar na medida adotada pelo governo Rousseff uma nítida preferência por privilegiar os parceiros regionais como os membros do Mercosul e o México e fomentar a integração regional ao deixar de fora países como Estados Unidos, União Europeia, Japão, Coreia, Austrália e Colômbia, esta última percebida



## Observatório de Política Externa Brasileira

como cabeça de ponte dos Estados Unidos na região. Os periódicos nacionais, frequentemente em suas críticas à condução da política externa deixam de notar o real alcance das medidas adotadas a fim de formar uma opinião pública imediata e superficial que visa a atender os interesses de grupos específicos a que servem.

### Visita presidencial a Cuba

A presidente Dilma Rousseff, em viagem oficial a Cuba, recusou-se a abordar as violações dos direitos humanos sob o governo dos irmãos Castro. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* as críticas à recusa da presidente são improcedentes, uma vez que Dilma foi a Cuba para promover os interesses econômicos brasileiros. Por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Brasil financia 70% da obra de modernização do porto de Mariel promovida pela empresa Odebrecht. Porém, para o periódico, Dilma desandou ao falar sobre a base de Guantánamo, mantida como prisão pelos Estados Unidos, além de utilizar um discurso inadequado indicando que o mundo todo teria problemas no âmbito dos direitos humanos. Segundo o diário, o discurso da presidente tornou-se uma arma de combate político-ideológico, que não deveria predominar em debates sobre direitos humanos.

Da mesma forma, a revista *Veja* criticou a entrevista coletiva, de pauta aberta, concedida pela presidente. De acordo com o periódico, Rousseff teria usado de um contorcionismo moral, lógico e conceitual para responder a questões feitas sobre o tema de direitos humanos. O semanário traduziu as declarações de Rousseff como um discurso maniqueísta em que os Estados Unidos são os vilões, enquanto Cuba é a vítima, uma vez que o país norte-americano faz uso das questões de direitos humanos para perseguir o regime político cubano.

A revista *Veja*, lembrou que havia uma miríade de formas diplomáticas que poderiam ter sido usadas pela mandatária brasileira para não ofender o país anfitrião, sem ter que colocá-lo numa redoma blindada. O periódico avalia



## Observatório de Política Externa Brasileira

que a atitude de Rousseff superou a do ex-presidente Lula da Silva, quando este comparou os insurgentes cubanos que protestavam fazendo greve de fome com presos comuns de São Paulo, e sentenciou que esquerdismo é uma doença juvenil difícil de ser tratada e que só pode ser superada com autocrítica. Para evitar situações como essa no futuro, o semanário aconselhou a presidente brasileira a abandonar os ditados populares e entrevistas coletivas de pauta aberta.

No que se refere ao tema dos Direitos Humanos durante a visita da presidente Rousseff a Cuba, há uma pequena divergência entre *O Estado de S. Paulo* e a *Veja*. Enquanto o diário apontou que não havia necessidade de mencionar a questão durante essa visita, posto que se tratava de uma negociação comercial, o semanário advogou que o problema não foi a menção ao tema, mas a forma como ela ocorreu. Em contrapartida, ambos convergem no entendimento de que o uso do tema dos Direitos Humanos em Cuba pela presidente Rousseff foi inadequado, pois, na opinião de ambos, a mandatária brasileira tratou do assunto de maneira ideológica, em defesa somente de um lado.

### **As relações Brasil e Argentina**

Em editorial publicado no dia 13 de fevereiro, *O Estado de S. Paulo* apresentou críticas ao encontro entre a secretária do Comércio Exterior do ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior do Brasil, Tatiana Prazeres, e a ministra da Indústria argentina, Débora Giorgi, com o objetivo de discutir o impacto da mais recente medida protecionista argentina sobre o mercado brasileiro. Na opinião do jornal, a despeito de a ministra argentina ter considerado o encontro profícuo e construtivo, ele não trouxe nenhum benefício direto para o Brasil.

Esse posicionamento fundamenta-se em três aspectos apontados pelo periódico. Primeiramente, na manutenção de um discurso de oposição da Argentina ao saldo positivo para o Brasil da balança comercial entre os dois





## Observatório de Política Externa Brasileira

países. Segundo, na exigência, também retratada na reunião bilateral, de que o governo brasileiro passe a substituir algumas de suas importações por similares argentinos. Por último, na proposta argentina de criação de uma comissão bilateral que desenvolva critérios uniformes para exigir informações mais precisas sobre os custos das autopeças utilizadas pelas montadoras para que os governos possam melhor escolher. Na visão do periódico, as ações do governo argentino denotam a busca de apoio para a política protecionista do país e, portanto, um encontro bilateral como esse com a Argentina não teria como ser construtivo e útil para o Brasil.

A revista *Carta Capital* ainda trouxe outros aspectos da relação Brasil-Argentina. O semanário produziu reportagem sobre o que chamou de rugas entre Brasil e Argentina em função da medida adotada pela presidente Cristina Kirchner de criar um procedimento burocrático para as importações que incluem o fim das renovações automáticas e ampliação do prazo do desembaraço alfandegário. Tais medidas, segundo a revista, provocaram reclamações por parte de empresários brasileiros interessados em exportar para o parceiro de bloco e atritos entre as autoridades de ambos os países.

Após os confrontos iniciais, a retórica mudou de tom com o comentário feito pelo assessor internacional da presidência, Marco Aurélio Garcia, de que os problemas entre Brasil e Argentina são bons, ao contrário do que teria declarado o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, de que a relação entre os dois países seria um problema permanente. Para o periódico, a declaração de Garcia teve o intuito de mostrar que os dois países não estão em rota de colisão, haja vista as manifestações brasileiras de apoio à Argentina no caso das Malvinas e na cooperação para a reconstrução do Haiti, mas que, no curto prazo, a postura dos dois países visam colocá-los na contracorrente da crise econômica mundial.



## Observatório de Política Externa Brasileira

### Questões comerciais com a China

Tanto o jornal *Folha de S. Paulo* quanto *O Estado de S. Paulo* criticaram a iniciativa brasileira de pedir para que a China limite suas exportações ao Brasil. O governo brasileiro solicitou ao chinês que restringisse as exportações de suas empresas para o Brasil, buscando proteger alguns setores da economia. Para a *Folha de S. Paulo*, a medida foi patética e revela o desnorteio da política comercial brasileira. Segundo o diário, há algumas considerações a serem levadas em conta. A demanda pode denotar a insatisfação brasileira diante das políticas comercial e econômica da China. Por outro lado, as autoridades chinesas têm longo histórico de indiferença a demandas comerciais de outros países. O caso mais notório é o desprezo chinês em resposta a queixas americanas a respeito de manipulação cambial e propriedade intelectual.

A política brasileira para setores expostos à dura concorrência asiática é míope. Manufaturas como as de têxteis e calçados, por exemplo, sofrem no presente a pressão chinesa e isso tende a se ampliar para os vizinhos dos chineses que vem adotando o mesmo sistema de disponibilização de mão-de-obra barata. É igualmente importante considerar que as condições em que se dá o comércio de manufaturados básicos são afetadas pelo cambio e pela volatilidade econômica internacional, fatores sobre os quais o Brasil tem pouca influência. O jornal reconhece que há subfaturamento e contrabando no comércio asiático e aponta que o Brasil deve tomar medidas mais eficientes, no entanto, pondera que o problema não se limita à competição desleal.

Outra consideração refere-se ao fato de que o governo federal precisa acelerar a remoção de empecilhos burocráticos e a carga de custos que prejudicam as empresas brasileiras, o chamado custo-Brasil. Por fim, dados todos esses argumentos, o país pode adotar medidas protecionistas e elevar tarifas, o que pode significar, por outro lado, aumento na inflação. A solução apontada pelo jornal *Folha de S. Paulo* é a que vem sendo sugerida há tempo, ou seja, reduzir custos e burocracia; incentivar a inovação; estimular o uso do



## Observatório de Política Externa Brasileira

capital e do trabalho nacionais em setores mais avançados que o de *commodities* agrícolas e minerais.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, por sua vez, afirmou que o pedido brasileiro para que a China limite suas exportações ao Brasil terá pouco resultado prático. O periódico constata um superávit favorável ao Brasil no comércio com a China, no entanto, relata também que algumas empresas tem se queixado da presença predatória chinesa no mercado brasileiro. E é neste aspecto que se fundamenta a petição brasileira, levantada pelo vice-presidente, Michel Temer.

A solução apontada pelo periódico *O Estado de S. Paulo* é a adoção de ações concretas de defesa comercial. Algo que já tem sido feito, como, por exemplo, a investigação sobre práticas ilegais frequentemente denunciadas por produtores brasileiros, que fez com que o Ministério do Desenvolvimento impusesse uma sanção a produtos chineses que eram declarados como sendo fabricados no Uruguai e no Paraguai. Para então fugir de sobretaxações brasileiras, exportadores chineses passaram a utilizar terceiros países para concluir suas vendas. Desse modo, formalmente seus produtos passavam a ser considerados originários desses países, e não da China, o que os livrava das sanções, prática conhecida, então, como triangulação ou circunvenção. O jornal cita exemplos de produtos, tais como os calçados e cobertores sintéticos chineses que receberam essa sobretaxa. Por fim, ressalta que há mais de 50 denúncias aguardando decisão.

### Referências

Carta Capital – A Defesa Comercial e seus Revezes – Edição 683, p. 30-31, 08/02/2012

Folha de S. Paulo – Editorial – Súplica à China – 22/02/2012

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **O Brasil sob fogo na OMC** – 02/02/2012

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **Dilma desandou** – 02/02/2012



## Observatório de Política Externa Brasileira

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **Acordo deficitário com o México** – 03/02/2012

O Estado de São Paulo – Notas & Informações – **As ameaças aos brasiguaios** – 08/02/2012

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **Novas pretensões de Kirchner** – 13/02/2012

O Estado de S. Paulo - Notas & Informações – **Defesa comercial efetiva** – 21/02/2012.

Veja. Em boca calada, não... – Edição 2255, p. 69 – 08/02/2012